

## PLURIVERSIDADE: UM ESBOÇO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIAS INDÍGENAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Isaías Xipu Puri Borja<sup>1</sup>  
Mateus Fávaro Reis<sup>2</sup>  
Mauro César de Castro Júnior<sup>3</sup>

### Introdução

O principal objetivo do presente arquivo consiste em apresentar e analisar um levantamento inicial sobre a inclusão do ensino de histórias indígenas nos cursos de história de universidades públicas brasileiras, a partir da aprovação da Lei 11.645, de 2008, que instituiu a necessidade de se estudar as Histórias Afro-Brasileiras e Indígenas pelas(os) estudantes do país. As populações indígenas no Brasil, e também em outros países de Abya Yala, continuam a ser pouco conhecidas por parte da maioria da população que habita o nosso continente, assim como não despertam amplo interesse historiadores no Brasil, o que se observa nas dificuldades enfrentadas em diferentes cursos de história do país para a implementação efetiva do ensino de povos indígenas ao longo de suas plurais e longas trajetórias no continente. Diante disso, são necessários novos estudos que busquem levantar os debates que envolvem a tentativa de se incorporar novas histórias, novos enfoques e novas perspectivas nos cursos que formam professores e pesquisadores de história no Brasil. Assim, o artigo pretende promover o debate se a aprovação da Lei 11.645 atingiu parte de seus objetivos, ao longo da última década.

Não é nada simples fazer uma reflexão sobre as possibilidades e os desafios ao se estudar as histórias dos povos originários<sup>4</sup> das Américas, entrecruzando as interpretações elaboradas por representantes desses povos, as narrativas historiográficas, antropológicas e a etno-história

---

<sup>1</sup> Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É indígena do povo Puri Puri e escritor, sendo autor de livros de contos e poesias (com o semi-heterônimo Alfredo e o nome étnico Xipu), participando de duas coleções literárias do Selo Off Flip, das antologias: Outros 500 e (ECO)AR da editora Toma Aí Um Poema.

<sup>2</sup> Doutor em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do curso de História e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Coordenador do Grupo de Estudos em História das Américas (GEHA). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto (NEABI/UFOP).

<sup>3</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

<sup>4</sup> A discussão sobre os conceitos de povos originários, indígenas, índios e ameríndios é ampla e envolve muitas divergências. Optamos pelo uso de povos originários, usada por Krenak, entre outros pensadores de diferentes povos. Críticas ao conceito de povos originários podem ser encontradas em Jorge Fernández Chiti (2010) e Silvia Rivera Cusicanqui (2010).

(SACRISTAN, 1995). Além disso, tratar as populações indígenas como personagens dinâmicas, ativas e construtoras de suas histórias nem sempre é o caminho selecionado pelos cursos de história nas universidades brasileiras, a despeito das inúmeras iniciativas que vêm consolidando as pesquisas sobre as centenas de povos indígenas que habitam as Américas. Ultrapassar, ou problematizar, os mitos, preconceitos e estereótipos que foram construídos (e que constantemente se renovam) ao longo da invasão e colonização das Américas (MANDRINI, 2014), é um dos principais objetivos almejados pela Lei 11.645, de 2008, assim como preparar professoras(es) e pesquisadoras(es) para tratar adequadamente das relações étnico-raciais.

Vale ressaltar que protagonismos de habitantes originais (KRENAK, 2019, p. 41) ou de povos originários (KRENAK, 2019, p. 28) foram construídos de forma significativa, ao se depararem com as constantes invasões que seus territórios sofreram ao longo do tempo, com os objetivos de resistirem, denunciarem e negociarem tais processos, colocando-se como agentes e sujeitos(as) de suas histórias.

Tanto no Brasil como em outros países de *Abya Yala* (PORTO-GONÇALVES, 2009), Afro-América Latina (GONZALEZ, 1988) e *Nuestra América* (MARTÍ, 1983), vozes originárias têm lutado por espaços nos ambientes de formulação de debates, projetos e tomadas de decisões, ainda que com grande resistência por parte de parte significativa da população de nossos países.

Dizer que não há interesse de pesquisa sobre histórias indígenas é desconhecer, por exemplo, uma literatura sobre o tema que vem crescendo rapidamente nas últimas décadas, particularmente a partir da reorganização dos movimentos indígenas, em diferentes países, dos anos 1970 em diante (BURGUETE CAL Y MAYOR; ORTIZ-T, 2010).

Podemos citar alguns exemplos de instituições fundadas pelos povos originários, com os objetivos de organizar e canalizar tais vozes: *Taller de História Oral Andina* (THOA), fundado na Bolívia, em 1983; *Comunidad de Estudios Mayas*, fundado na Guatemala, em 2012; *Comunidad de Historia Mapuche/Centro de Estudios e Investigaciones Mapuche* (CEIM), fundada no Chile, em 2014.

Além disso, vale destacar a realização do *Congreso Internacional Los Pueblos Indígenas de América Latina* (CIPIAL), cuja terceira edição ocorreu em Brasília, em 2019, assim como diferentes grupos de estudo que enfocam as populações indígenas nos diversos países de *Abya Yala*. Cabe salientar que os povos originários têm conquistado mediante muitas lutas a fundação de dezenas de universidades indígenas ou interculturais, principalmente na América Latina, desde 1992. A seguir, são citados alguns exemplos importantes dessas iniciativas: 1) Em escala transnacional, a *Red de Universidades Indígenas, Interculturales y Comunitarias de Abya Yala*

(RUIICAY); na Nicarágua, a *Universidad de las Regiones Autónomas de la Costa Caribe Nicaragüense*; no Equador, a *Pluriversidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas "Amawtay Wasi"*; na Colômbia, a *Universidad Autónoma Indígena Intercultural*; no México, entre outras, a *Universidad Intercultural de Chiapas, de Quintana Roo e de Puebla*, bem como a *Universidad Autónoma Indígena de México* e a *Universidad Intercultural de los Pueblos del Sur*; na Bolívia, a fundação de três universidades indígenas: *UNIBOL Guaraní y de Pueblos de Tierras Bajas "Apiaguaiki Tupa"*, *UNIBOL Aymara "Tupak Katari"* e *UNIBOL Quechua "Casimiro Huanca"*; bem como no Brasil, o Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI).

Em suma, o cenário universitário latino-americano vem se diversificando e tem incorporado parte das histórias das populações indígenas, mas ainda há inúmeros desafios pela frente, principalmente nos cursos de história das universidades públicas brasileiras.

Assim, o artigo propõe mapear a implementação de disciplinas sobre História(s) Indígena(s) nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em história, bem como levantar questões sobre algumas barreiras que não são facilmente transpostas quando se trata da realização de significativas transformações disciplinares. Para tanto, foi realizado um levantamento dos cursos de história que oferecem a disciplina obrigatória ou eletiva/optativa de histórias indígenas em seus currículos; e foi feito um mapeamento dos estados e regiões que dedicam mais espaço para as histórias indígenas nos currículos universitários públicos da carreira de história.

Para terminar esta introdução, vale explicitar mais a hipótese que orienta o artigo, na forma de questões centrais. Em linhas gerais, pode-se afirmar que há dificuldades para a incorporação de histórias indígenas nos cursos de história das universidades públicas brasileiras? Se a resposta for positiva, cabe perguntar por que isso ocorre. Quais são as principais interpretações que são aventadas como obstáculos para a inclusão das histórias dos povos originários nos currículos? Há sensibilização por parte de professoras(es) universitárias(os) de história a respeito desta vastíssima área de estudos?

### **Lutas conjuntas contra o silenciamento**

Desde o século XIX, é possível encontrar importantes personagens que silenciaram ou mesmo negaram a possibilidade de se trabalhar sobre as populações indígenas, nos campos da disciplina de história, a exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen, que em "História Geral do Brasil", publicado inicialmente, em 1854, afirmou que para os povos indígenas não havia história, mas apenas etnografia.

Contudo, a perspectiva de Varnhagen não era a única possibilidade, como demonstrou Rodrigo Turin (2013). Houve inúmeros intelectuais que se debruçaram sobre as histórias das populações indígenas que habitavam o Brasil durante o século XIX.

Atualmente, é difícil encontrar historiadoras(es) reconhecidas(os) que façam uma afirmação como a de Varnhagen, particularmente após os vários trabalhos publicados sobre os povos originários por autoras(es) brasileiras(os) e de outros países, como, por exemplo, a vasta, variada e bem documentada coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha (1992), "História dos Índios no Brasil", bem como os significativos trabalhos realizados por John Monteiro (1994, 2001, 2003). Somente a título de alguns exemplos, podemos encontrar atualmente pesquisas que tratam das diferentes historicidades que se arquitetam entre as populações indígenas (PITARCH; OROBITG, 2012), que enfatizam o seu dinamismo cultural; que demonstram os papéis de lideranças indígenas como significativos atores políticos, em diferentes momentos da história nas Américas (PAVEZ OJEDA, 2008); bem como obras de autoras(es) originárias(os)<sup>5</sup> ou intelectuais indígenas (ZAPATA, 2007 e 2017).

Ainda assim, o panorama, particularmente no interior dos cursos de história parece estar enquadrado pela afirmação de Varnhagen, uma vez que a incorporação ou inclusão das histórias indígenas com destaque nos cursos de história não tem ocorrido de maneira rápida e livre de inúmeros obstáculos ou, em casos mais graves, de preconceitos que continuam a embasar as resistências por parte de professores) universitários em diferentes instituições brasileiras. Portanto, vale afirmar que o preconceito histórico contra as populações indígenas e a tentativa de sua superação, por meio de políticas de ações afirmativas, representa um grande desafio a ser enfrentado nos currículos dos cursos de história das universidades públicas, que pouco têm contribuído para uma profunda transformação dos sujeitos, temas e enfoques das abordagens historiográficas e históricas no Brasil.

### **Discussão teórico-metodológica e resultados**

Para pensar o mapeamento dos currículos, é importante incorporar as interpretações de Margarida Felgueiras (1994), sobre a formatação dos programas de história, ao perceber que se organizam por recortes cronológicos, por linhas de desenvolvimento, quadros históricos e/ou por conceitos ou temas. A incorporação de histórias indígenas implicaria a ênfase maior em se trabalhar com conceitos ou temas, mais do que grandes áreas, que inclusive estruturam os projetos de pesquisa na CAPES e CNPq e outras agências de fomento e avaliação dos programas

---

<sup>5</sup> Entre muitas(os) outras(os), Silvia Rivera Cusicanqui, Eliane Potiguara, Graça Graúna, Lia Minapoty, Daniel Munduruku, Davi Kopenawa, Célia Xakriabá, Ailton Krenak, Maribel Mora Curriao, Pablo Marimán Quemenedo, Sergio Caniuqueo Huiricapán, José Millalén Paillal Rodrigo Levil Chicahual, Ariruma Kowii Maldonado, Elías Ticona Mamani, Gladys Tzul Tzul, Marisol Ceh Moo.

de pós-graduação.

Outra questão importante que enquadra o debate sobre o currículo de história diz respeito à formulação dos programas, ainda que com críticas constantes e revisões, com base no eixo de história da formação nacional e da assimilação da alteridade via "mestiçagem" da população brasileira (ZAMBONI, 1992/1993).

Dentro dessa perspectiva, as populações indígenas foram constantemente vistas como assimiladas ou em vias de assimilação, o que contribuiu, não raramente, para uma espécie de silenciamento sobre suas ações ou trajetórias fora da ideia de formação do Estado nacional.

Por fim, vale dizer que diferentes autores têm debatido os currículos dos cursos de história e de outras áreas das ciências humanas, criticando a centralidade europeia ou "ocidental", ao propor que necessitamos problematizar mais a questão (MBEMBE, 2018). Um dos debates mais interessantes sobre o tema tem ocorrido em diferentes países, com ênfase para os latino-americanos, no interior da chamada corrente decolonial, (QUIJANO, 2014; WALSH, 2013; CUSICANQUI, 2017).

Além disso, vale dizer que diferentes autores têm debatido os currículos dos cursos de história e de outras áreas das ciências humanas, criticando a centralidade europeia ou "ocidental", ao propor que necessitamos problematizar mais a questão, entre perspectivas nacionais, comparadas (PRADO, 2005), conectadas (SUBRAHMANYAM, 1997), transnacionais (WEINSTEIN, 2013), transfronteiriças, ou globais (DAVIS, 2011). Um dos debates mais interessantes sobre o tema tem ocorrido em diferentes países, com ênfase para os latino-americanos, no interior da chamada corrente decolonial, (QUIJANO, 2014; WALSH, 2013; CUSICANQUI, 2017).

Utilizamos como fonte principal de dados o sistema e-MEC, do Ministério da Educação para podermos identificar informações sobre os cursos do país. Em seguida, esses dados foram organizados em planilha e verificados por meio de acesso aos sites das universidades e institutos mencionados no relatório fornecido pelo sistema e, em alguns casos, quando necessário, por meio de contato junto aos colegiados e departamentos dos cursos de História, bem como identificar Atas de reuniões e resoluções que tratam sobre a inclusão de disciplinas de histórias e culturas indígena nos cursos de História, sobre as quais também discutiremos brevemente neste texto. Algumas das informações relevantes obtidas durante esse processo foram sistematizadas em gráficos e planilhas.

Desse modo, tendo em vista os projetos pedagógicos e as matrizes curriculares desses cursos, foram contabilizadas as disciplinas obrigatórias, optativas/eletivas de histórias indígenas

Sobre os programas e ementas, foi produzida ainda uma análise sobre os cursos de alguns estados que serão mencionados ao longo deste artigo, incluindo um levantamento bibliográfico no qual foram identificadas as principais obras citadas pelas disciplinas que abordam a temática em questão. Algumas das informações relevantes obtidas durante esse processo foram sistematizadas em gráficos e planilhas.

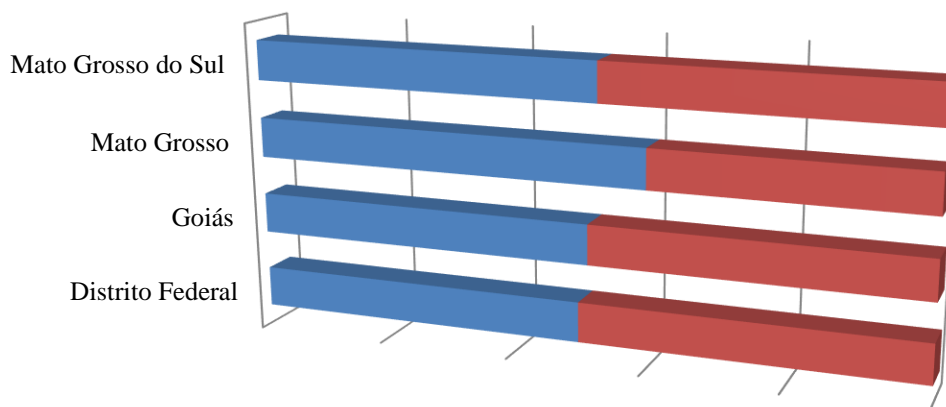
Ainda não tivemos tempo para trabalhar com todos os cursos de história no Brasil e selecionamos iniciar as pesquisas a respeito das universidades públicas do país e da oferta de disciplinas obrigatórias e/ou optativas de histórias indígenas. Foi observada, também, a presença de conteúdo, visto como transversal, mas muitas vezes usados somente como forma de atender aos parâmetros legais, sem que os povos indígenas possam ser tratados de forma mais profunda.

Vale dizer que as informações obtidas por meio das ementas e programas de disciplinas, bem como das referências bibliográficas não podem ser interpretadas como um espelho do que ocorre em sala de aula e na aprendizagem, mas sinalizam para as seleções que professoras(es) fazem ao elaborar as disciplinas obrigatórias e eletivas/optativas.

A referência inicial para a pesquisa é o relatório realizado por Beatriz Carreta Corrêa da Silva, intitulado *Levantamento e análise de informações sobre o desenvolvimento da temática 'História e cultura indígena' nos cursos de licenciatura de instituições públicas e privadas* (2012), que abarca diferentes licenciaturas, para além das graduações em História. Entretanto, o trabalho não se aprofunda na exposição dos cursos, no mapeamento detalhado das regiões e estados que mais dedicam espaço em seus cursos à disciplina; tampouco faz grandes exposições sobre os programas de cursos e ementas especificamente integrantes da formação superior em História, apresentando uma visão mais geral sobre a oferta da disciplina em dado momento.

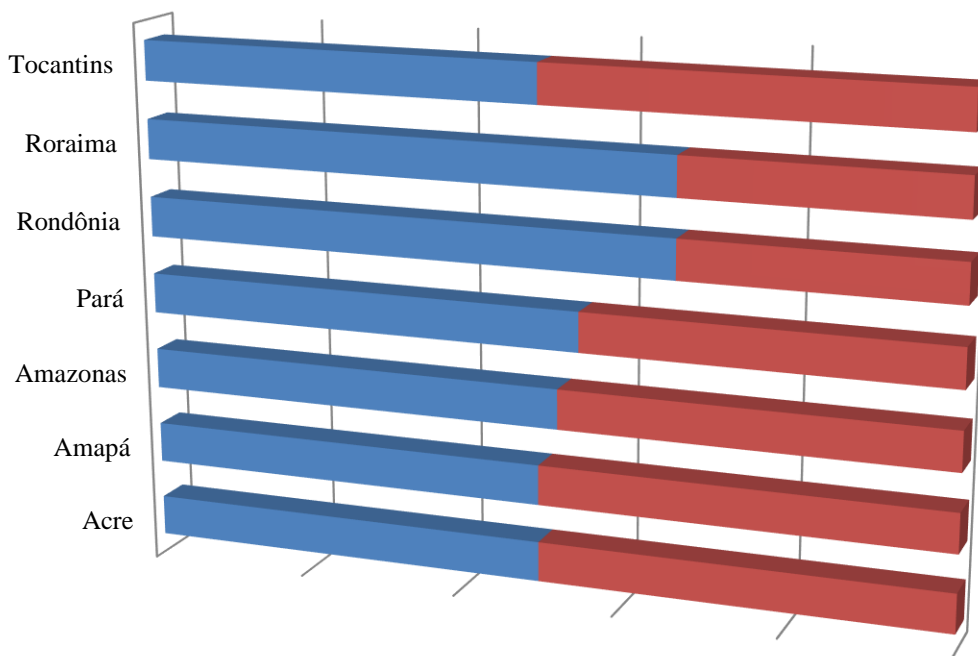
Os cursos de graduação em História estão espalhados por todo o território nacional. Até o momento foram contabilizados, dentre universidades e institutos do segmento de ensino público, o total de duzentos e vinte e seis cursos de bacharelado e licenciatura, distribuídos entre as cinco regiões do país da seguinte maneira: trinta e dois na região Norte; setenta e três, no Nordeste; trinta e três, no Centro-Oeste; cinquenta e um, no Sudeste; e, por fim, trinta e sete cursos, na região Sul do país. Da oferta da disciplina, identificamos a presença de cento e quarenta e quatro disciplinas nos duzentos e vinte e seis cursos de História, que regionalmente estão dispostos como o seguinte: vinte e sete, na região Norte; trinta e nove, no Nordeste; trinta, no Centro-Oeste; vinte e um, no Sudeste; e vinte e sete, no Sul do país. Os gráficos a seguir detalham a relação entre oferta de cursos de História e a presença de disciplinas de histórias indígenas por unidade da federação.

## Região Centro-Oeste.



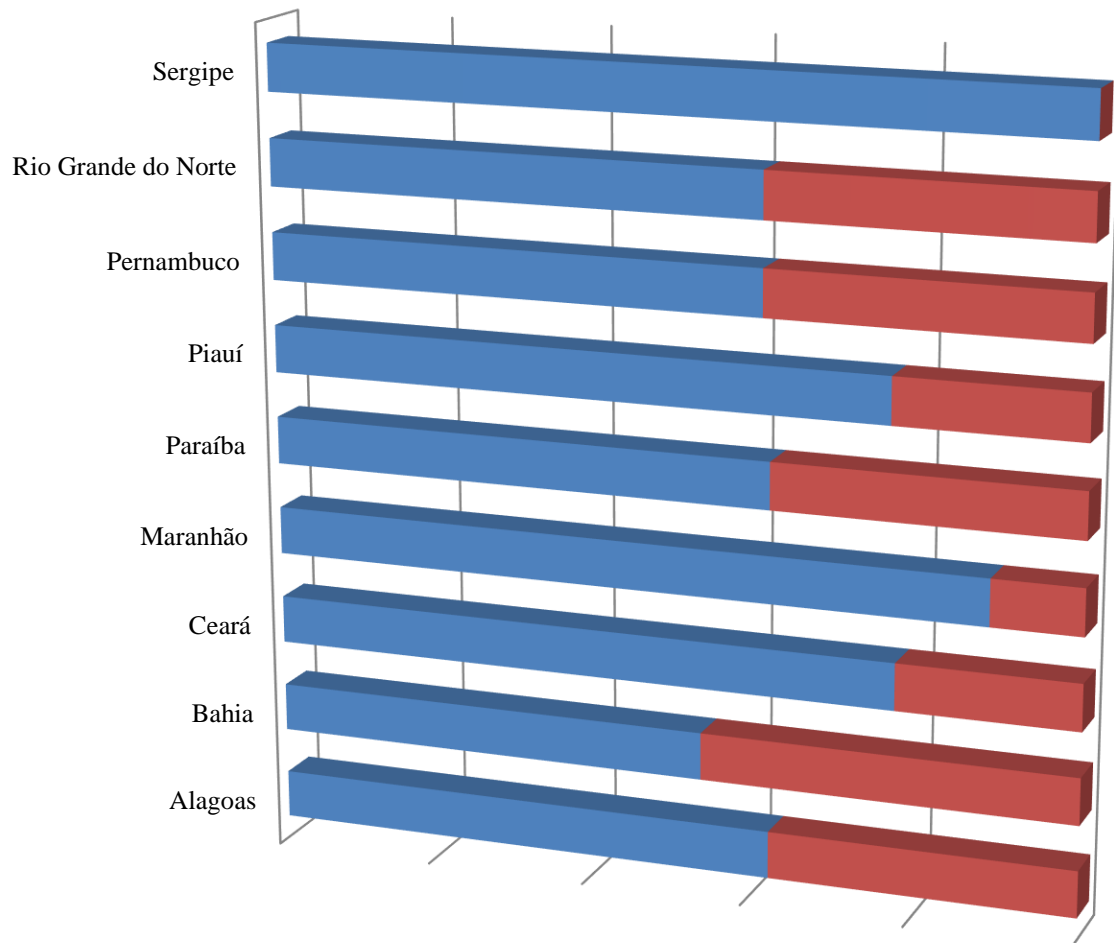
	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
■ Cursos	3	18	3	9
■ Disciplina	3	17	2	8

## Região Norte



	Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
■ Cursos	2	2	11	11	2	2	2
■ Disciplina	2	2	10	9	1	1	2

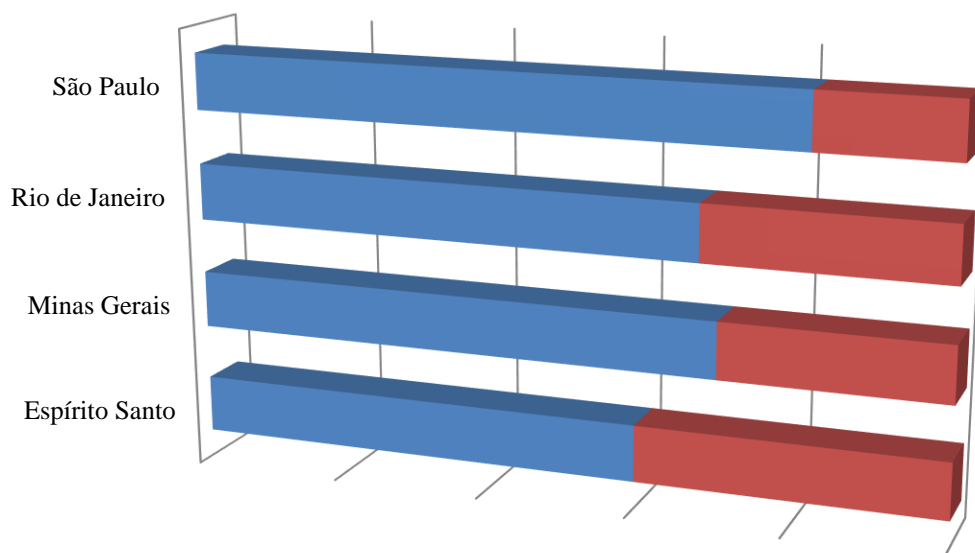
## Região Nordeste.



	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Piauí	Pernambuco	Rio Grande do Norte	Sergipe
■ Cursos	5	20	7	8	5	10	8	8	2
■ Disciplina	3	17	2	1	3	3	5	5	0

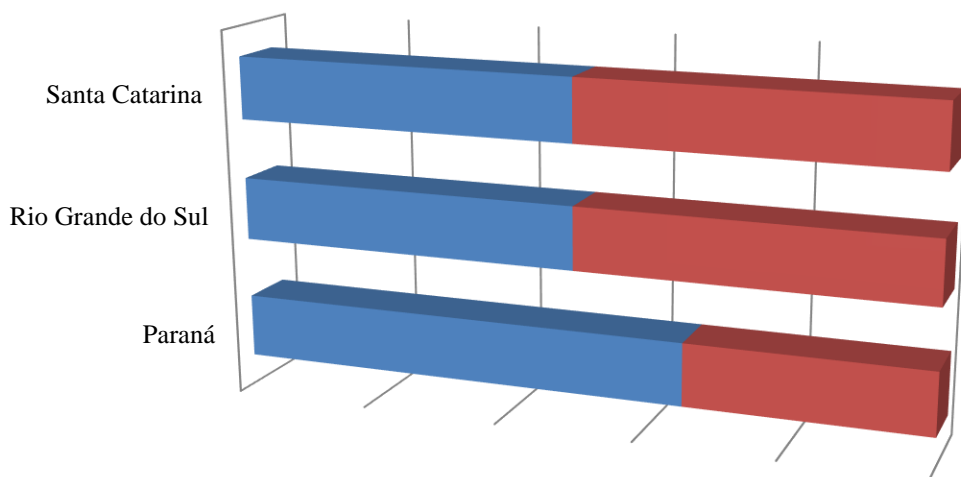


## Região Sudeste



	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
■ Cursos	3	24	15	9
■ Disciplina	2	10	7	2

## Região Sul



	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
■ Cursos	21	11	5
■ Disciplina	11	11	5

Como pode ser observado nos gráficos acima, as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul são as que mais se dedicam, em termos proporcionais, ao estudo de histórias indígenas nos cursos de bacharelado e licenciatura em História das universidades públicas brasileiras. Esta conclusão pode ser obtida, considerando inclusive a diferença entre a real não oferta da disciplina e a ausência de informações a respeito dos cursos, sendo que nessas outras regiões, sob estes critérios prevalece a ausência de disciplinas sobre a temática à falta de dados; o gráfico com os dados por região e estado em anexo demonstra tal ponto.

Não podemos afirmar, por exemplo, que a existência de disciplinas optativas e eletivas, bem como o tratamento dos povos originários por meio de temas transversais ocorrem concretamente no interior das salas de aula. São necessários mais e múltiplos esforços, por parte de pesquisadores de todo o país, incluindo entrevistas com as(os) estudantes, para chegarmos a conclusões mais efetivas sobre como tais temas são abordados, quais temas, como ocorrem as abordagens, entre outras questões que marcam os descompassos entre os currículos formais e os realmente efetivados.

Vale salientar que nem sempre os projetos político-pedagógicos disponíveis para a pesquisa ou no sistema *e-MEC* estão atualizados, o que pode impactar em alguns dos resultados obtidos e conclusões elaboradas por nosso trabalho. Além disso, deparamo-nos com desafios relacionados ao constante escasso acesso às Atas de reuniões em que se debateram a implementação de histórias indígenas nos cursos.

Em várias universidades do Norte do Brasil, são ministradas disciplinas sobre a formação dos estados específicos, como História do Acre, na UFAC; ou regionais, como História Indígena da Amazônia (UFAC), História da Amazônia (UFAM e UFPA), Arqueologia e História Indígena na Amazônia (UEPA); bem como História Indígena da Amazônia e História Indígena do Acre (UFAC), História e Culturas Indígenas (UNIFAP), História e Cultura dos Povos Indígenas (UNIR); História Indígena e do Indigenismo (UFAM e UFPA), História do Indigenismo e Educação Escolar Indígena (UEPA). Em outros estados, até o presente momento, conseguimos observar que há uma optativa em História Indígena (UFT) e um Tópico especial em Etno-história (UFRR).

No Centro-Oeste, a UNB oferece uma optativa, na licenciatura, intitulada Laboratório de Ensino em História Indígena, e uma optativa, no bacharelado, com título Sociedades Indígenas. Em Goiás, ocorre a oferta de História e Cultura Indígena (UFG) e Ensino de História e Cultura Indígena (IFG). A UFMT oferece as disciplinas Antropologia e História, História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e Sociedades, relações de poder e culturas em Mato Grosso, que abordam referências e temáticas relacionadas aos povos originários.

Ao lado do Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul é estado da região Centro-Oeste que mais enfatiza a abordagem de histórias indígenas, por meio das seguintes disciplinas: História Indígena (UFGD), História Indígena (UFMS, Campo Grande) e Prática de Ensino e Pesquisa em História: Multiculturalismo, Povos Indígenas e Diversidade (UFMS, Três Lagoas). Contudo, não há autores indígenas, nem textos específicos sobre histórias indígenas, na ementa da disciplina.

Em relação à região Sul, encontramos a UFPR oferece uma optativa, intitulada Etnologia Indígena; a UNESPAR (Paranaguá), Cultura Indígena e Populações; a UNESPAR (Paranavaí), História e Cultura dos Povos Indígenas e Afro-Brasileira; a UNICENTRO (Irati), Cultura Indígena, de forma obrigatória, e 3 optativas: Culturas Indígenas, História Indígena I e História Indígena II. Por fim, a UNILA oferece as seguintes disciplinas: História dos Indígenas da América do Sul, História dos Indígenas da América do Norte; entre outras disciplinas mais gerais.

No Rio Grande do Sul, há a oferta de História da Cultura Indígena (FURG), História e Cultura Indígena na América (FURG-EAD), História Indígena (UFFS, Erechim). A UFRGS incluiu histórias indígenas como eletivas: História Indígena na América Povos Indígenas, Educação e Escola; e Pré-História Brasileira. Já a UFSM oferece História das Culturas Indígenas.

Em Santa Catarina, temos o seguinte panorama: a UFSC oferece História Indígena, de forma obrigatória; e as optativas Tópico Especial: Escravidão Indígena na América Colonial, Laboratório de Ensino de História Indígena, Tópico Especial: Mitologia e Lendas Ameríndias, Tópico Especial: Etnoarqueologia e História Indígena nas Américas, Pré-história Geral e do Brasil, Tópico Especial - Um olhar sobre os índios do Brasil: O Ponto de Vista Francês. Por fim, a UDESC incluiu como obrigatória a disciplina de História Indígena.

Conforme criticado por Beatriz Carretta Corrêa da Silva no *Levantamento e Análise de Informações Sobre o Desenvolvimento da Temática “História e Cultura Indígena” nos Cursos de Licenciatura de Instituições Públicas e Privadas* (2012), do Ministério da Educação – a respeito dos cursos de História –, a presença do conteúdo referente às histórias indígenas nas disciplinas de América e Brasil é muito panorâmica e tratar os temas de forma transversal é um risco de se consolidar referências e abordagens insuficientes, problemáticas e, para dizer o mínimo, preconceituosas e carregadas de estereótipos, contribuindo para o silenciamento de pessoas, práticas, formas de conceber o mundo, histórias, narrativas, ao reproduzir visões assimilacionistas e que se distanciam da dinamicidade e protagonismo dos povos originários. Em outras palavras, corre-se o risco da falta de sensibilidade, afeto, interesse e conhecimento das(os) historiadoras(es) universitárias(os) contribuir para a manutenção de visões estruturalmente racistas que estruturam nossos currículos.

Esta é uma segunda versão,<sup>6</sup> ampliada e revisada, mas com dados em construção, ainda que bastante sugestivos, a respeito do tema e precisam de novas revisões, pesquisas e esforços em rede, para chegarmos a interpretações mais sólidas. Ainda não foi possível fazer um levantamento mais completo sobre as regiões Nordeste e Sudeste, por exemplo.

Contudo, podemos adiantar algumas análises mais sólidas sobre as referências bibliográficas listadas nas ementas dos estados mais populosos (segundo o último censo realizado, em 2010) de cada região do país (Bahia, Goiás, Pará e Rio Grande do Sul), à exceção do sudeste, pois escolhemos trabalhar com Minas Gerais, por ser o estado de onde parte o estudo.

Podemos perceber que as disciplinas de História da América geralmente trazem tópicos e temas relacionados aos povos originários/indígenas, em suas introduções, em grande parte circunscrita aos maias, incas e astecas, com os títulos de “povos pré-colombianos” ou “pré-hispânicos”, conceitos problemáticos, por manter a centralidade das invasões europeias como marcos cronológicos. Aliás, nem sempre as invasões são tratadas como tal, mas como conquista e colonização, bem como seus chamados processos de assimilação, cristianização, “mestiçagem” e “aculturação” ou transculturação.

Quando são disciplinas dos períodos vinculados às lutas por independência, formação dos Estados Nacionais, bem como os diferentes temas considerados “clássicos”, tanto no Brasil quanto nos demais países que se construíram sobre os territórios indígenas, priorizam-se autores não-originários.

Os cursos de História do Brasil, termo consolidado na maioria dos cursos, costumam colocar os povos indígenas nos “contatos” e quando se trata da exploração de sua mão de obra, limitando seu papel como sujeitos históricos a um passado de devastação, sofrimento e escravidão, embora algumas disciplinas tragam tópicos sobre resistência, formação de movimentos indígenas e indigenistas.

Foi possível observar, também, a partir das ementas dos cursos, certo esforço por incluir a temática indígena em disciplinas de história regional; como as dos cursos presentes nos estados do Pará, Rio Grande do Sul e Goiás, ainda que também se concentrem na ocupação humana de seus territórios (em diálogo com a arqueologia) e do período “colonial”.

Muitas disciplinas não cumprem com o próprio título, tendo em sua ementa fortes traços de uma historiografia “tradicional”, centralizadas no processo de “colonização”. Algumas

---

<sup>6</sup> Uma importante abordagem anterior pode ser encontrada em: BORJA, Isaías dos Anjos (Isaías Xipu Puri Borja). Sobre o ensino de histórias indígenas nos cursos de História das universidades públicas do Brasil. In: CANDADO, Rejane Aparecida Rodrigues; SOUSA, Fábio da Silva.. (Orgs.). *Caminhos da Aprendizagem Histórica: Ensino de História Indígena e das Américas*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2021, p. 138-146.

disciplinas de História da América se propõem a discutir sobre movimentos sociais, incluindo os indígenas entre esses sujeitos, embora seja mais comum sua presença em uma América “Colonial” que em disciplinas que tratam de América Contemporânea.

Para melhor ilustrar a realidade dos cursos sobre histórias indígenas nas universidades públicas brasileiras, a partir das ementas dos cursos analisados foi produzida uma relação de obras que constituem as indicações para leitura obrigatória e complementar das disciplinas que abordam especificamente do assunto. Os dados que seguem são das principais obras citadas por estado, onde é possível perceber a frequência de alguns trabalhos na área, sendo produzidos em sua grande maioria por pesquisadores da História, Antropologia e Ciências Sociais. Contudo, não cabe aqui discutir sobre os trabalhos.

Vale ressaltar que algumas obras foram citadas mais vezes do que o indicado em números, pois algumas obras são compilações de trabalhos de autores diferentes e para melhor observação foram colocados de forma a evidenciar suas citações como trabalhos únicos. Portanto, foi possível observar que de forma geral, a obra mais citada foi *História dos índios no Brasil* (1992), organizado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha.

#### 1. Bahia

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.	4	5
CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1992.	2	7
SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luís D. B. (orgs). A Temática Indígena na Escola, Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 221-228.		3
VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. S. Paulo: Cia. Das Letras, 1995. p. 71-100.	1	3
ALMEIDA, M. R. C – Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003 pp. 257-280	1	2
PUNTONI, P. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo, Hucitec/Edusp, 2002, pp. 49-87.	2	2
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Brasília: Ed. UNB, 1963	1	2

## 2. Goiás

CUNHA, M. C. da. História dos índios no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras/Fapesp, 2002.	4	3
RIBEIRO, Darcy, 1922-1997. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.	3	
ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.		3
SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNSECO, 1995		3
ALMEIDA, Maria R. Celestina. Os Índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.		3
ALMEIDA, Maria R. Celestina. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a História Indígena. In. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: FAPERJ/Casa da Palavra, 2003.		5
OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos A. da Rocha. A presença Indígena na formação do Brasil. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.		4
MELLATI, J. Cesar. Índios do Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1994.	1	3
GRUPIONI, Luís Donisete B. A formação de professores indígenas: repensando trajetórias. MEC/UNESCO, 2006.	1	2

## 3. Minas Gerais

Nome da obra	Bibliografia Complementar	Bibliografia Obrigatória/ Básica
ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. <i>Os índios na História do Brasil</i> . Rio de Janeiro, FGV Editora, 2010.		3
CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). <i>História dos índios no Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.		6
GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). <i>Índios no Brasil</i> . São Paulo: SMC, 1992.		3

#### 4. Pará.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo : FAPESP/Cia das Letras, 1992.		<b>7</b>
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org). Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo. Editorada UFRJ/Marco Zero, 1987.	3	
ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. Pacificando o Branco: cosmologias do contato no norte amazônico. São Paulo: Ed. da UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.	3	
MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.	2	<b>1</b>
SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete (orgs.). A Temática Indígena na Escola: Novos subsídios para Professores de 1º e 2º Graus. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995.	1	<b>2</b>
MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas: Tese de Livre Docência/UNICAMP, 2001.	1	<b>2</b>

#### 5. Rio Grande do Sul

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.		<b>4</b>
ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.		<b>2</b>
MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra - índios e bandeirantes nas origens de São Paulo: Companhia das Letras, 1994.	1	<b>5</b>
RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.	3	<b>2</b>
VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1995.	3	<b>2</b>
KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina; GOLIN, Tau (Org.). História Geral do Rio Grande do Sul. Povos Indígenas. Passo Fundo: UPF/Méritos, 2009. 5 v.	1	<b>3</b>
ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.	3	<b>2</b>
CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992.	2	<b>2</b>
FAUSTO, Carlos. Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.		<b>3</b>
FUNARI, Pedro Paulo & PINON, Ana. A temática indígena na escola. São Paulo: Contexto, 2011.	2	<b>2</b>
GRUPIONI, Luís Donizete, SILVA, Aracy L., (org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global, 1998.	2	<b>2</b>

## **Considerações finais**

Embora a presença de disciplinas de História e Cultura Indígena seja aparentemente comum aos cursos de História das universidades públicas do país, ainda é necessário maior apoio e investimento para a sua consolidação.

Muitos cursos se dedicam a introduzir os graduandos em questões teórico metodológicas inerentes ao estudo de história indígena, além de promoverem a produção de material didático, o ensino e a pesquisa na área. Foi possível observar também que alguns cursos investiram na interdisciplinaridade, numa relação com as Ciências Sociais e a Antropologia, o que pode contribuir para uma visão mais ampla dos sujeitos em questão e dos processos que envolvem a construção da realidade desses povos a partir de outros campos de estudo.

Sobre a natureza das informações e dados obtidos nesta pesquisa, é importante sublinhar alguns pontos. Excluindo as disciplinas obrigatórias, que são constantes na grade curricular, a previsão de disciplinas optativas não necessariamente implica na oferta de tais disciplinas ao longo dos semestres. E, da mesma forma, a bibliografia mencionada pode sofrer alterações, tendo em vista as demandas de cada turma e o enfoque particular escolhido pelo professor.

Se a ausência de informações em sites de algumas universidades e o não retorno das tentativas de contato foram grandes desafios enfrentados durante o primeiro ano da pesquisa – uma vez que o levantamento visava englobar a totalidade dos cursos oferecidos pelas instituições públicas de ensino superior –, a pandemia do novo coronavírus, impôs adversidades novas que incidiram sobre o funcionamento das universidades.

A proporção entre a ausência de informações foi relativamente pequena em relação à não oferta de disciplinas, considerando que o sistema do Ministério da Educação apontava cursos que não estavam mais em atividade e os que estavam para iniciar; ambos, entretanto, não entraram no presente levantamento, mas o número de atas ainda que discutiam especificamente sobre a implementação de disciplinas de histórias e culturas indígenas foi relativamente baixo, em relação a quantidade de documentos que implementam o estudo nos cursos de graduação (em especial os de licenciatura) no geral.

A discussão do conteúdo referente ao estudo de histórias indígenas em outras disciplinas não parece ser um caminho favorável para o incentivo de pesquisa na área; tendo em vista as especificidades do campo de estudos, assim como a diversidade desses povos que constituíam o território que hoje corresponde ao Brasil, sua trajetória ao longo dos séculos durante o processo de colonização, no Brasil imperial e republicano.



Tal complexidade pode ser observada pela proposta das diversas disciplinas mencionadas em anexo a este relatório, que optaram por uma abordagem geral sobre o assunto, trabalhando, em sua maioria, sobre conceitos e áreas do conhecimento que envolve seu estudo e em alguns casos os povos que hoje habitam o Brasil.

No ensaio *Da importância de pesquisarmos história dos povos indígenas nas universidades públicas e de a ensinarmos no ensino médio e fundamental* (2015), Eduardo Natalino dos Santos evidencia, por meio de breves relatos sobre sua trajetória como aluno de graduação e pós-graduação, assim como de professor no ensino básico, que o maior desafio consiste, em certos casos, na imensa quantidade de dados a respeito da história das populações indígenas e não em sua ausência. No caso brasileiro, podemos levar em consideração a vasta produção acadêmica nas áreas da Antropologia e Arqueologia, embora o enfoque destas disciplinas se diferencie da História, considerando também que são em grande parte os egressos dos cursos de História que ministrarão o conteúdo referente no ensino fundamental e médio, principalmente após a regulamentação da profissão de historiador/a. Desse modo, como afirma o autor,

Estamos tratando de um problema com desdobramentos políticos sérios, pois a visão que as sociedades ocidentais modernas possuem sobre os povos indígenas – a qual, é verdade, não depende apenas das aulas de História no ensino médio e fundamental – determina parcialmente suas relações com esses povos. Tais relações, como sabemos, têm se caracterizado pela assimetria política, pelo desrespeito às diferenças, pela violência e por uma série de atrocidades. (SANTOS, 2015, p. 18)

Segue, portanto, sendo objetivo desta pesquisa compreender melhor sobre as questões relativas à ausência e presença das histórias indígenas nas universidades públicas brasileiras. Considerando o lugar social do historiador e a efetivação ligada à qualidade do conteúdo referido na Lei Federal – base da discussão desta pesquisa –, os cursos de História são lugares estratégicos por excelência no que tange ao reconhecimento e consolidação do pensamento de que essas populações são sujeitas de sua própria história no passado e no presente.

A necessidade de profissionais especializados se confunde com questões administrativas e financeiras, à demanda de interesse por parte dos estudantes; assim como da disposição de membros do corpo docente no investir de seus esforços no que tange não apenas ao reconhecimento da coetaneidade das populações indígenas, como também de posições e atitudes que além de não contribuírem com a luta por direitos desse grupo da sociedade, acabam se posicionando contra.

O estudo de histórias indígenas se justifica, por fim, a partir da compreensão de que as histórias dessas populações devam ser pensadas e escritas de forma a representar a pluralidade de povos e histórias, rejeitando imagens, discursos e narrativas que relacionam os indígenas ao passado, à integração e assimilação pela “sociedade”.

Faz-se necessário discutir sobre as questões mais atuais sobre as populações indígenas, pensando nos reflexos do colonialismo e neocolonialismo sobre os corpos e mentes dos sujeitos, organizações sociais e subjetividades e políticas, assim como deve ser consideradas perspectivas que abordam a história desses povos em relação com o que tem sido observado e discutido em outros países da América. A atualização recorrente da bibliografia dos cursos também é um ponto importante, incluindo estudos que abordem sobre questões mais atuais, além de histórias trazidas pelos próprios sujeitos em estudo (cientistas, artistas, anciãs, lideranças, educadores, escritores, pessoas simples, etc.), possibilitando aos discentes o encontro com outras percepções sobre o mundo e sobre a humanidade.

A ignorância e a insensibilidade também devem ser apontadas como um dos entraves que ganham um papel político diante do lugar que os cursos de formação superior exercem na construção da sociedade e evidenciam o quanto o ensino, a pesquisa e extensão voltados à temática indígena são de extrema importância no Brasil. Num contexto em que o movimento indígena discute a invisibilidade, os arcaísmos, preconceitos e anacronismos empreendidos contra sua população nos livros didáticos, nas escolas, universidades e demais espaços da sociedade, o ensino superior (e seus servidores e alunos) como um espaço de aprendizado e produção e troca de conhecimento, deve estar aberto a todos e todas e contribuir para uma sociedade cada vez mais humana e menos eurocêntrica.

Os povos originários de Abya Yala, Pindorama ou das Américas, como todos os demais povos, possuem memória, narrativas históricas, organização política e econômica, arte, cultura, pensamento, interesses, humanidade; e o conhecimento fruto do estudo da história desses povos representa, igualmente, a compreensão da história de nosso continente.

Houve a implementação de disciplinas sobre Histórias Indígenas e sobre Políticas Indigenistas, principalmente em universidades do Norte, assim como em algumas do Centro Oeste. Também houve preocupação em abordar temas relativos aos povos indígenas de forma transversal, particularmente em disciplinas que tratam da História da Amazônia ou Pan Amazônia, bem como em disciplinas que abordam a formação de alguns estados, como no Acre, Mato Grosso e Rondônia.

Contudo, referências de autores/as indígenas quase não aparecem, à exceção de Gersem Baniwa (2019), em alguns programas, o que continua a silenciar interpretações das principais pessoas que sofrem os processos de invasões de seus territórios. Assim, mesmo que os temas relacionados às histórias indígenas sejam incluídos, corremos o risco de continuar a ensinar e pesquisar histórias únicas.

Os próximos passos de pesquisas e debates que envolvam os desafios enfrentados para a incorporação de histórias indígenas nos cursos de formação de pesquisadores e professores de história, não somente nas universidades públicas brasileiras, poderiam buscar a recuperação de parte dos debates que envolveram a implementação das disciplinas nos cursos; mensurar os termos que mais comumente foram utilizados para fazer referências aos povos indígenas nos debates; assim como, e ainda que inicialmente, abordar as ementas e programas dos cursos de histórias indígenas, para analisar criticamente os principais temas propostos pelas disciplinas.

## Referências

- BANIWA, G. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.
- BORJA, Isaías dos Anjos (Isaías Xipu Puri Borja). Sobre o ensino de histórias indígenas nos cursos de História das universidades públicas do Brasil. In: CANDADO, Rejane Aparecida Rodrigues; SOUSA, Fábio da Silva. (Orgs.). *Caminhos da Aprendizagem Histórica: Ensino de História Indígena e das Américas*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2021, p. 138-146.
- CUSICANQUI, S. R. Chhixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos colonizadores. In: YUPI, M. (Comp.). *Modernidad y pensamiento descolonizador*. **Memoria del Seminario Internacional**. La Paz: U-PIEB – IFEA, 2017.
- FELGUEIRAS, M. L. **Pensar a história, repensar o seu ensino**. Porto: Porto Editora, 1992.
- FERNÁNDEZ, B; SEPÚLVEDA B. Pueblos indígenas, saberes y descolonización: procesos interculturales en América Latina. **Polis Revista Latinoamericana**, v. 38, 2014. Disponível em: <https://polis.revues.org/10323>.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MADRINI, R. Prejuicios, mitos y estereotipos. El complejo camino de construir una historia de los aborígenes de las llanuras y planicies meridionales de la actual Argentina. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 325-354, jul./dez., 2014.

- MARTÍ, J. **Nossa América**. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MONTEIRO, J. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas, Unicamp, 2001.
- MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: **Moreira, A. F. E. Candau, V. M. (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- PAVEZ, J. O. **Cartas mapuche: Siglo XIX**. Santiago: CoLibris & Ocho Libros, 2008.
- PITARCH, P.; OROBITG, G. (Orgs.). **Modernidades Indígenas**. Madrid – Frankfurt, Iberoamericana – Vervuert. 2012.
- PORTO-GONÇALVEZ, C. W. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, jul./dez, 2009.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Lander, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SACRISTAN, J. G. Currículo e Diversidade Cultural. In.: **Moreira, A. F. e Silva, T. T. (Orgs.). Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Voze, 1995.
- SANTOS, E. N. Da importância de pesquisarmos história dos povos indígenas nas universidades públicas e de a ensinarmos no ensino médio e fundamental. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 9–20, 2015.
- SILVA, B. C. C. **Levantamento e análise de informações sobre o desenvolvimento da temática "História e cultura indígena" nos cursos de licenciatura de instituições públicas e privadas**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.
- STEPHANOU, M. Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 15-38, 1998.
- TURIN, R. **Tessituras do tempo. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- ZAMBONI, E. "O conservadorismo e os paradidáticos de história". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.13, nº 25/26, p.175-192, 1993.
- ZAPATA, C. S. **Intelectuales indígenas en Ecuador, Bolivia y Chile. Diferencia, colonialismo y anticolonialismo**. Santiago: LOM, 2017.
- ZAPATA, C. S. **Intelectuales indígenas piensan América Latina**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala; Centro de Estudios Culturales Latinoamericanos, Universidad de Chile, 2007.
- WALSH, C. **Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.